

BLOCOS ECONÔMICOS:

“ UNASUL ”

**O DESAFIO É SAIR DA RETÓRICA PARA A CONCRETIZAÇÃO
MAIS CÉLERE DAS BOAS INTENÇÕES DO TRATADO**

TENSÃO ENTRE MEMBROS E CETICISMO MARCAM O ADVENTO DO BLOCO




No dia 23 de maio passado, anfitrioados pelo governo brasileiro, onze presidentes latino-americanos compareceram a Brasília para, decorridos dezesseis meses de negociações sobre o texto, subscreverem a ata de criação da União Sul-Americana de Nações (**UNASUL**) - que se propõe a se tornar um grandioso organismo, ainda sem rumos claramente definidos, congregando inicialmente doze nações do continente. A única ausência entre os Presidentes era do uruguaio Tabaré Vázquez que se fez substituir pelo seu vice *Rodolfo Nin Novoa*, preavisando com três semanas de antecedência, que não compareceria, em parte por duvidar dos resultados concretos da reunião. Apesar da euforia reinante entre os demais dirigentes, que ressaltavam a relevância e necessidade do novo bloco, sobretudo, num momento de tensões por que passam alguns dos seus integrantes, não só como uma instância nova e mais adequada para a solução para dos conflitos regionais, como também, para a coordenação das posições e políticas da América do Sul em um **mundo multipolar**, a iniciativa foi recebida com ceticismo por boa parte dos analistas, na verdade, uma grande descrença, reforçada não só pelo momento político vivenciado por Venezuela/Colômbia e Equador, como também pelas divergências que pululam em diversas partes da Região, muito maiores que as convergências, e mesmo por alguns incidentes que marcaram, já no início, a constituição do novo organismo internacional.

O governo brasileiro trabalhava visando a contornar situações constrangedoras, trabalhava nos bastidores para que a Cúpula não fosse contaminada por notícias que vinham sendo amplamente veiculadas pela mídia, no sentido de a Interpol teria em suas mãos provas da colaboração dos governos do Equador e da Venezuela às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), o que só iria contribuir para apimentar o clima de tensões e rivalidades já existente entre esses países, todos representados na cúpula por seus agitados presidentes (*Álvaro Uribe, da Colômbia, sequer aceitou hospedar-se no mesmo hotel, onde já estavam instalados Hugo Chaves, da Venezuela, e Rafael Correa, do Equador, para não encontrá-los*). Até a própria centralidade que a temática energética e da infra-estrutura física, parece ter ganhado no âmbito da Unasul, gerou especulações sobre o seu primeiro teste, ou seja, como será abordado, no seu âmbito, o mal-estar entre Brasil e Paraguai, envolvendo a energia elétrica da usina de Itaipu, após a assunção do Governo de Lugo, no Paraguai, a ser inaugurado em 15 de agosto próximo.

Antes mesmo de iniciada, a Cúpula já contou como o desfalque do seu secretário-geral, indicado por consenso, o ex-presidente equatoriano Rodrigo Borja, que renunciara ao cargo por considerar a iniciativa pouco eficaz, tornando público as razões pelas quais saía, entre essas, a resistência oferecida por algumas nações integrantes do bloco para que se englobasse outras entidades sub-regionais para realizar, de fato, uma integração sub-continental. “*Devido a essa falta de sintonia, apresentei meu pedido de renúncia à Secretaria Geral da Unasul*” – afirmou. Para Borja a maioria dos mandatários dos países que compõem o novo espaço integrado ainda o imaginam com a conformação de algo que mais se assemelha a um fórum que uma instituição orgânica. “*E isso realmente não me convence*” – enfatizou.

O professor de História da América Latina da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Alfredo da Mota Menezes, resumindo o clima de ceticismo imperante entre a maioria dos analistas, revolveu o passado para resgatar um episódio fracassado, cuja comparação julgou pertinente. Lembrou da extinção, em 1980, da Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (**ALALC**), que unia todos os países do continente latino-americano inicialmente em torno de propósitos semelhantes. “Mas os menores tinham receio dos três grandes – Brasil, Argentina e México – e foram criando barreiras ao livre-comércio”, explica. Para Menezes, a situação pode se repetir na **UNASUL**, apesar do otimismo vigente entre os presidentes sul-americanos. “*Todos os encontros entre líderes são altamente positivos, mas, quando se vai para o ‘vamos ver’, é um tanto quanto complicado.*” – arrematou. Outros analistas chegaram mesmo a declarar que, enquanto Chávez governar a Venezuela, a **UNASUL** não passará de uma sigla, sem efetividade.

UNASUL – UNIÃO SUL-AMERICANA DE NAÇÕES						
BANDEIRAS	PAISES FUNDADORES	PRESIDENTES	CAPITAIS	POPULAÇÃO Em milhões habitantes	PIB	PIB PER CAPITA
	ARGENTINA	<i>Cristina Kirchner</i>	BUENOS AIRES	40,3	US\$ 254 bilhões	US\$ 6.400
	BOLÍVIA	<i>Evo Morales</i>	SUCRE/LA PAZ	9,1	US\$10 bilhões	US\$ 1.308
	BRASIL	<i>Luiz Inácio Lula da Silva</i>	BRASÍLIA	190	US\$ 1,3 trilhão	US\$ 6.970
	COLÔMBIA	<i>Álvaro Uribe</i>	BOGOTÁ	44,3	US\$ 171 bilhões	US\$ 3.619
	CHILE	<i>Michele Bachelet</i>	SANTIAGO	16,2	US\$ 164 bilhões	US\$ 10.125
	EQUADOR	<i>Rafael Correa</i>	QUITO	13,8	US\$ 48,5 bilhões	US\$ 3.514
	GUIANA	<i>Bharrat Jagdeo</i>	GEORGETOWN	0,736	US\$ 900,6 milhões	US\$ 1.218
	PARAGUAI	<i>Nicanor Duarte</i>	ASSUNÇÃO	6,0	US\$ 8,5 bilhões	US\$ 2.116
	PERÚ	<i>Alan Garcia</i>	LIMA	27,5	US\$ 54,2 bilhões	US\$ 3.961

	SURINAME	<i>Ronald Venetiaan</i>	PARAMARIBO	461	US\$ 1,7 bilhão	US\$ 3.812
	URUGUAI	<i>Tabaré Vazques</i>	MONTEVIDÉU	3,31	US\$ 23 bilhões	US\$ 6.948
	VENEZUELA	<i>Hugo Chavez</i>	CARACAS	26,5	US\$ 176 bilhões	US\$ 7.840

“UMA AMÉRICA DO SUL UNIDA MEXERÁ COM O TABULEIRO DO PODER NO MUNDO. NÃO EM BENEFÍCIO DE UM OU OUTRO DE NOSSOS PAÍSES, MAS EM BENEFÍCIO DE TODOS”

Convém relembrar, no entanto, que a implementação e iniciativas desse porte, via de regra, esbarra em muitos *poréns*, dúvidas e sucessivos entraves para a sua efetividade, o que não pode ser tomado como um vaticínio certo e provável do seu insucesso, haja vista o exemplo da própria União Européia, a zona integrada que mais avançou entre nós. Em que pese o histórico dos processos de integração na América Latina ter sido marcado pelo distanciamento entre a intenções e a realidade, a verdade é que o mundo atual parece mesmo sugerir um sentido de premência para soluções dessa natureza. Entre nós, líderes de todos os matizes políticos e ideológicos, já verbalizavam essa evidência, sob diferentes fundamentos. De Simon Bolívar, passando por renomados economistas como Raul Prebisch estabeleceu a imperativa urgência de uma articulação de interesses na América do Sul, até mesmo o caudilho Juan Domingo Perón, já profetizava em alto e bom som: *“o Século XXI nos encontrará unidos ou dominados”*. A realização desse ideal, sempre postergado, ganha na atualidade, contornos ainda maiores de emergência e dramaticidade na definição do Chanceler brasileiro Celso Amorim, para quem **“é necessário promover a integração e o desenvolvimento econômico e social de nossos países antes que o crime organizado o faça em suas diversas facetas: o narcotráfico, o contrabando, o tráfico de armas”**.

O conceito de um sistema internacional multipolar nasceu no começo da década de 90, nos estertores do velho mundo, defendido principalmente pelo ex-secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, como alternativa ao sistema bipolar, caído em desuso, mas está longe de ser uma unanimidade. Há várias hipóteses para explicar os novos desenhos formados no anuviado e complexo cenário geopolítico e econômico internacional, sem que nenhum deles, deixe de pecar por falhas que variam dos excessos às simplificações. Há quem resuma mesmo toda essa discussão a um enunciado que revela tão só novas roupagens ou modos de preservação dos antigos sistemas, como o faz Oleg Pavlov, para quem o mundo multipolar já existe, e se divide em três: os Estados poderosos (G7), liderados pelos EUA; as empresas transnacionais e os bancos; e a burocracia internacional que serve aos dois primeiros grupos.

A verdade é que as carcomidas instituições do pós-guerra, mesmo algumas remodeladas supervenientemente, não mais respondem satisfatoriamente, resolvem, pacificam, ou arbitram as questões cada vez mais complexas e encadeadas que vão surgindo no mundo globalizado, tornando-se prevalente a idéia de que há que se escapar, de algum modo, da unipolaridade que parece ter ganhado contornos mais evidentes com o episódio da guerra do Iraque.

A FORÇA DE UM POLO É PROPORCIONAL A SUA ESCALA, AO VIGOR EMANADO DA SOMA DAS ECONOMIAS QUE O INTEGRAM

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - secretário geral do Itamaraty - numa visão tida por muitos de ideologizada, mas, a nosso sentir, bastante razoável, interpreta a posição do Brasil e de seus vizinhos perante o sistema internacional na atualidade, que caminhando ou não para a multipolaridade ou para outras formas hipotéticas de conformação, nos dá a percepção real de: “um sistema mundial cujo centro acumula cada vez mais poder econômico, político, militar, tecnológico e ideológico; em que cada vez mais aumenta o hiato entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos; em que o risco ambiental e energético se agrava; e em que este centro procura tecer uma rede de acordos e de normas internacionais que assegurem o gozo dos privilégios que os países centrais adquiriram no processo histórico e em que dessas negociações participam grandes blocos de países, a atuação individual, isolada, nessas negociações não é vantajosa, nem mesmo para um país com as dimensões de território, população e PIB que tem o Brasil. Assim, para o Brasil é de indispensável importância poder contar com os Estados vizinhos da América do Sul nas complexas negociações internacionais de que participa. Mas talvez ainda seja de maior importância para os Estados vizinhos a articulação de alianças entre si e com o Brasil para atuar com maior eficiência na defesa de seus interesses nessas negociações”

Nesse contexto, as nações emergentes parecem avaliar que a adoção de certos aspectos de “*multipolaridade*” sejam realmente mais adequados a defesa dos seus interesses nacionais. Não obstante, os pólos mundiais existentes ainda estão percorrendo um longo caminho para se firmar efetivamente como tal. Segundo Emir Sader ¹ “a Europa, embora construindo uma moeda alternativa ao dólar, não consegue unidade suficiente em sua política externa, com vários governos cedendo às pressões de Washington. Nem a China, nem a Índia - outros gigantes do Sul do mundo - desenvolvem, infelizmente, políticas similares em suas regiões, nem a África do Sul o faz. A América do Sul, ou latina, outro pólo, possui extenso rol de dificuldades, a começar pela própria assimetria de suas economias regionais. Mesmo a despeito desses entraves, talvez seja, de fato, a região onde as possibilidades de integração se tornem plausíveis de se avançarem num ritmo mais intenso, bastando que a retórica costumeira seja substituída pela concreção de projetos inovadores e consistentes, de longo alcance, que se projetem em bem-estar para os empobrecidos habitantes dessa rica, vasta e estratégica região do planeta.

¹ In 'Para um mundo multipolar' Jornal do Brasil, de 15/05/2005

O QUE SIGNIFICA A CRIAÇÃO DA UNASUL

Com a assinatura da ata, confere-se personalidade jurídica internacional ao sub-continente, ou seja, a América do Sul ganha status de organização internacional, e reconhecimento da ONU (Organização das Nações Unidas), portanto, torna-se apta e capaz de negociar com outros países, blocos de países e instâncias multilaterais com mandato dos países soberanos por ela representados. Um exemplo de autoridade supra-estatal desse tipo é União Européia, já em estado bastante avançado e com mais de 50 anos. Teoricamente, o novo bloco sul-americano deverá auxiliar na convergência dos outros blocos já existentes no continente, como o MERCOSUL e a Comunidade Andina, mas com estrutura independente e orçamento próprio. Há um longo caminho a percorrer na busca da estruturação e organicidade do bloco, bastando, lembrar que a União Européia, apesar da sua forte estruturação vive em permanente discussão na busca de aperfeiçoamento e realização efetiva dos seus objetivos.

OBJETIVOS BÁSICOS DO TRATADO

Num mundo que caminha a passos largos rumo à multipolaridade, haja vista o desenho geopolítico das crises mais recentes, a UNASUL seria a resposta regional para uma participação mais efetiva nesta nova rearrumação global, ou seja, um pólo influente e um player importante no jogo político e econômico internacional. Como destacou o presidente brasileiro, no seu discurso de boas vindas, *“uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro do poder no mundo. Não em benefício de um ou outro de nossos países, mas em benefício de todos”*.

Para realizar os seus propósitos o Tratado, muito assemelhadamente ao que se propõe outros tratados como o Mercosul, se propõe a fazer a coordenação política regional (basta lembrar que na questão recente entre Venezuela/Colômbia e Equador, recorreu-se à Organização dos Estados Americanos (OEA) e ao Grupo do Rio, pela falta de um espaço mais específico para lidar com a questão); livre comércio; integração física e cultural, de empresas e da sociedade civil, com forte viés na infra-estrutura, nas questões energéticas e de comunicações; políticas comuns na área de defesa (inclusive com a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, proposto pelo Brasil); cooperação em ciência, tecnologia, educação e cultura; futura criação de um Parlamento Sul-americano.

Na perspectiva do presidente Lula, o atual cenário mundial pode propiciar avanços não só concretos como significativos nesse rumo. Para ele, o continente sul-americano atravessa um momento de excelente conjuntura econômica e social. *“A América do Sul vive um momento de excepcional crescimento, com redução da pobreza e da desigualdade. Criamos as condições para um crescimento sustentável, que nos tem permitido enfrentar a atual instabilidade econômica mundial. Nossa região torna-se um interlocutor cada vez mais indispensável na medida em que o mundo se vê diante da necessidade de compatibilizar segurança alimentar, suprimento energético adequado e preservação do meio ambiente”*. Lula coloca nesses vertentes o viés que pode unir com mais intensidade e rapidez interesses regionais estratégicos e/ou complementares, num processo mais amplo e sério de parcerias, envolvendo diversas cadeias produtivas e as empresas estatais e privadas do continente que as integram, esperando que esse desfecho possa alavancar realmente a tão propalada integração física e econômica da América Latina, num esforço coadjuvado por *“mecanismos abrangentes e estruturais para superar as assimetrias de nossos países”*.

A HISTÓRIA DO BLOCO SUL-AMERICANO

SEGUNDO O EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, SECRETÁRIO GERAL DO ITAMARATY, A EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA TEM DISTINTAS ORIGENS, MOTIVAÇÕES E PARALELOS HISTÓRICOS, QUE ALINHA NO HISTÓRICO ABAIXO:

- 1. Em primeiro lugar, o trauma da desintegração dos Vice-Reinados do Império espanhol a partir de 1810, a desintegração posterior da Grã Colômbia em 1830, e a sobrevivência da utopia de unidade latino-americana, preconizada pelo Libertador Simon Bolívar. Segundo, a tentativa do notável economista argentino, Raul Prebisch, de explicar as razões do desenvolvimento na América do Norte em confronto com o atraso sul-americano levou à formulação da teoria estruturalista pela Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL. Prebisch encontrou essas razões nas características das economias primário-exportadoras sul-americanas e na natureza de seu processo de incorporação do progresso tecnológico; na reduzida dimensão e no isolamento de cada mercado nacional; na deterioração secular dos termos de intercâmbio; na importância da industrialização como estratégia para a transformação econômica. Em terceiro lugar, a percepção de êxito da experiência de planejamento econômico e de industrialização acelerada vivida pela União Soviética, da experiência keynesiana e da planificação de guerra norte-americana e, finalmente, as políticas de economia mista e de planejamento indicativo dos governos socialistas europeus após a II Guerra Mundial. Quarto, na experiência de construção da Comunidade Econômica Européia, fundada na integração de mercados, na elaboração de políticas comuns e no financiamento pelos países mais ricos do esforço de redução de assimetrias entre as economias participantes.*
- 2. Este conjunto de experiências inspirou os programas de desenvolvimento econômico com base na industrialização, em especial no Brasil durante o Governo Juscelino Kubitschek, as propostas da CEPAL de constituição de um mercado comum latino-americano, as propostas argentinas de criação de uma área de livre comércio que reunificasse economicamente as partes do antigo Vice-Reinado do Prata, e estimulou à constituição em 1960 da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC.*
- 3. Naturalmente, ao processo de integração da América do Sul e do Cone Sul subjazia a latente rivalidade entre Brasil e Argentina por influência política na região do Rio da Prata, os resquícios de um passado de lutas e a lembrança da inicial predominância industrial argentina. E outros ressentimentos decorrentes de conflitos e quase-conflitos passados, como entre Chile e Argentina; entre Bolívia, Chile e Peru; entre Peru e Equador; entre Colômbia e Venezuela, entre a Bolívia e o Paraguai, entre Brasil e Paraguai e entre Brasil e Bolívia.*
- 4. A Associação Latino Americana de Livre Comércio, criada em 1960, e cuja meta era eliminar todas as barreiras ao comércio entre os Estados membros até 1980, encontrou obstáculos causados pelas políticas nacionais de substituição de importações e de industrialização e, mais tarde, pelas políticas de controle de importações para enfrentar as súbitas crises do petróleo que acarretaram inéditos déficits comerciais que atingiram os países importadores de energia, em especial o Brasil.*
- 5. A partir de 1965, o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) entre os países da ALALC, e mais a República Dominicana, passa a permitir o comércio sem o uso imediato de divisas fortes, através de um sistema quadrimestral de compensação multilateral de créditos que funcionou com grande êxito sem que ocorresse nenhum caso de "default" até a década de 1980, quando foi progressivamente desativado pelos novos tecnocratas que vieram a ocupar os Bancos Centrais dos países da região, na esteira do período de governos neoliberais.*
- 6. Em 1969, os países andinos celebraram o Pacto Andino (mais tarde CAN) como um projeto mais audacioso de integração e de planejamento do desenvolvimento, prevendo inclusive a alocação espacial de indústrias entre os Estados membros e a elaboração de políticas comuns, inclusive no campo do investimento estrangeiro.*
- 7. Em 1980, a estagnação das negociações comerciais levou a substituição da ALALC pela Associação Latino Americana de Integração (ALADI). O Tratado de Montevideu (80) incorporou o "patrimônio" de reduções tarifárias bilaterais, permitiu a negociação de acordos bilaterais de preferências, com a perspectiva de sua eventual convergência, e tornou possível a concessão de preferências bilaterais ao abrigo da "enabling clause" do então GATT.*
- 8. Em 1985, Brasil e Argentina decidiram lançar um processo de integração bilateral gradual, com o objetivo central de promover o desenvolvimento econômico, a que se juntaram, em 1991, Paraguai e Uruguai, formando-se assim o Mercosul. Este último surgiu como um projeto enquadrado na concepção do Consenso de Washington do livre comércio como instrumento único e suficiente para a promoção do desenvolvimento,*

redução das desigualdades sociais e geração de empregos, na melhor tradição das Escolas de Manchester e de Chicago.

9. *Após a conclusão do NAFTA em 1994, em que o México na prática abandonou a ALADI, os Estados Unidos, no contexto da Cúpula das Américas, lançaram um projeto ambicioso de negociação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Esse projeto, na realidade, mais do que uma área de livre comércio de bens, criaria um território econômico único nas Américas, com a livre movimentação de bens, serviços e capital (mas não de mão-de-obra ou tecnologia) e estabeleceria regras uniformes ainda mais restritivas à execução de políticas nacionais ou regionais de desenvolvimento econômico, já que as propostas originais eram OMC-Plus e NAFTA-plus (e parecem continuar a ser tais como revelam os textos dos tratados bilaterais de livre comércio, celebrados pelos Estados Unidos).*

10. *Apesar das declarações diplomáticas feitas na ocasião, e reiteradas posteriormente, de que a ALCA não afetaria os projetos de integração regional como a Comunidade Andina e o Mercosul, estava claro que a eventual concretização da ALCA eliminaria de fato a possibilidade de formação de um bloco econômico e político sul-americano.*

11. *Após o início das negociações da ALCA, e diante da extrema desigualdade de forças políticas e econômicas entre os países participantes, a negociação se interrompeu em 2004, após os Estados Unidos terem retirado os temas agrícolas e de defesa comercial (antidumping e subsídios) levando-os para o âmbito da OMC sob o pretexto de ser necessária uma negociação mais abrangente, inclusive com a União Européia. Em consequência e para equilibrar as negociações, o Mercosul considerou que os temas de investimento, compras governamentais e serviços deveriam também passar para o âmbito da Rodada de Doha na OMC e propôs aos Estados Unidos a negociação de um acordo do tipo 4+1, no campo do comércio de bens, proposta até hoje sem resposta, ou melhor, cuja resposta prática tem sido a firme atividade norte-americana de negociação de acordos bilaterais de livre comércio (na realidade com escopos muito mais amplos) com os países da América Central, a Colômbia, o Peru e (quase) com o Equador.*

12. *O Paralelamente, o Mercosul empreendeu a negociação e celebrou acordos de livre comércio com o Chile (1995), com a Bolívia (1996), com a Venezuela, Equador e Colômbia (2004), e com o Peru (2005), que se referem exclusivamente ao comércio de bens e não incluem o comércio de serviços, compras governamentais, regras sobre investimentos, propriedade intelectual, etc.*

13. *Em 2002, o Congresso dos Estados Unidos tinha aprovado o ATPDEA (Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act) pelo qual concederiam unilateralmente preferências comerciais, sem reciprocidade de parte dos beneficiários, para listas de produtos de países andinos em troca da execução de programas de erradicação das plantações de coca. O resultado da aplicação durante cinco anos dessa lei foi, de um lado, expandir as exportações de tais produtos desses países para os Estados Unidos e, de outro, ensejar o surgimento nesses países de grupos de interesses empresariais locais favoráveis à negociação de acordos de livre comércio com os Estados Unidos quando se encerrasse o prazo de vigência daquele Ato.*

14. *Posteriormente, foi lançado em 2004, em Cuzco, o projeto de formação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações, hoje denominada UNASUL, organização que se pretenderia semelhante à União Africana, na África; à União Européia na Europa; à ASEAN, na Ásia; e ao MCCA, na América Central.*

Contextualizando a necessidade indeclinável de um organismo nesses moldes na região, acentuou ao abrir a reunião e representando a maior economia do bloco, que "quando a escassez de alimentos ameaça a paz social em muitas partes do mundo, é em nossa região que muitos vêm buscar propostas". A seguir enfatizou: "Queremos avançar rapidamente com projetos inovadores e de longo alcance em áreas prioritárias como integração financeira e energética, melhoria da infra-estrutura regional e das conexões rodoviárias e ferroviárias, estabelecimento de uma vigorosa agenda de cooperação em políticas sociais, fortalecimento da cooperação educacional",

Minimizando os efeitos da rivalidade entre os nossos irmãos andinos, que acredita ser ocasional e transitória, não sobrepondo ao processo de integração, Lula contornou o desconforto de abrir uma reunião de objetivos tão vastos

com parceiros rivais, sublinhando que: *“estamos deixando para trás uma longa história de indiferença e isolamento recíproco. Nossa América do Sul não será mais um mero conceito geográfico”*. Alinhando uma série de vantagens comparativas que a região oferece, tanto no plano econômico (*um dos principais pontos de atração de investimentos no mundo*), como social (*com a crescente redução das desigualdades, respaldada em indicadores sociais*), ou mesmo político (*por todos os seus líderes terem sido eleitos democraticamente*), elementos que conjugadamente conferem à América Latina, a seu juízo, crescente projeção no **“novo mundo multipolar que está se constituindo”**.

PROPOSTA BRASILEIRA DE CRIAÇÃO DE UM CONSELHO SUL-AMERICANO DE DEFESA FOI POSTERGADA

A proposição do Brasil, de criar na região um Conselho Sul-Americano de Defesa Uribe esbarrou na firme resistência do presidente colombiano Álvaro Uribe, que exigiu fosse as Farc qualificadas como grupo terrorista, acentuando que “o continente deve atrever-se a qualificar como terrorista todo grupo violento que atente contra a democracia”, ficando para ser melhor estudada e retomada num segundo momento.

ESTRUTURA SEMELHANTE À DO MERCOSUL, COM SECRETARIA GERAL EM QUITO, NO EQUADOR

A estrutura organizacional da Unasul repete, com alguma flexibilidade, a do Mercado Comum do Sul (Mercosul). E a secretaria-geral - órgão executivo do bloco, com poder mitigado, como no caso do Mercosul, terá a sede em Quito. A cada ano, um país assumirá a presidência pro-tempore (temporária) da Unasul. Iniciando-se pelo Chile. Espera-se que o tratado firmado entre em vigor dentro de um mês depois de pelos menos 09 dos países signatários o terem ratificado, pelos seus respectivos congressos. A secretaria-geral do novo organismo será instituída, posteriormente, por decisão dos presidentes

RESSURGE COM O NOVO ORGANISMO INTERNACIONAL, O DESAFIO DE DAR VIDA AO SONHO INTEGRACIONISTA DA AMÉRICA DO SUL, DESCRITO POR UM LONGO HISTÓRICO DE INICIATIVAS FRACASSADAS

No entanto, o que permanece é o desafio é dar concreção à retórica, bem delineada nos discursos e no próprio tratado, não só gestando todo o arcabouço institucional e burocrático da novel entidade, mas, sobretudo, fazendo-a operar efetivamente, para erigir um processo de integração mais rápido e consistente, em diferentes áreas: cooperação econômica e comercial; cadeias de produção; pesquisa e inovação; promoção da diversidade cultural; intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa e segurança pública e outras, como reza o tratado, avançando efetivamente em áreas prioritárias e estratégicas como integração financeira e energética, ferroviária e rodoviária, para assim substituir a costumeira carência de resultados de vulto, anuviados sempre pelo emocionalismo dos inflamados

discursos de nossos que nos brinde, de fato, com um grande espaço integrado, menos desigual, mais justo e até mais condizente com as riquezas com as quais foi aquinhoado pela natureza.

COMÉRCIO EXTERIOR

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

De janeiro até a terceira semana de maio (93 dias úteis), o **SALDO COMERCIAL** registrava um superávit é de US\$ 6,799 bilhões (média diária de US\$ 73,1 milhões), o que representa uma queda de 56,44% em relação ao mesmo período do ano passado, quando o saldo foi de US\$ 15,609 bilhões Cabe lembrar que as expectativas do mercado contidas no último relatório *Focus* do Banco Central apontam para um saldo superavitário de US\$ 24,2 bilhões ao final de 2008.

Nesse período, o país **EXPORTOU** US\$ 63,708 bilhões (média diária de US\$ 685 milhões) e **IMPORTOU** US\$ 56,909 bilhões (média diária de US\$ 611,9 milhões), resultando em uma **CORRENTE DE COMÉRCIO** de US\$ 120,616 bilhões e média diária de US\$ 1,297 bilhão.

Comparado a igual período do ano passado as exportações continuam crescendo, embora num ritmo bem mais lento que as importações, de forma que o incremento nessas duas vertentes do comércio exterior foi da ordem de 18,3% e 47,5% respectivamente no período considerado.

Segundo dados do IEDI, a grande evolução de certas commodities muito valorizadas no comércio internacional e com preços crescentes fizeram a diferença. São os casos de Soja (aumento de 122,1% na média por dia útil entre maio de 2007 e maio de 2008) e de Minérios (+101,2%). Outros produtos de elevada valorização externa influenciaram o resultado, como Metalúrgicos (+37,0%), Carnes (43,6%) e Papel e celulose (122,3%).

Do lado da importação, foram restabelecidas taxas de crescimento na faixa de 40% a 50% para segmentos que acompanham o investimento da economia, como Equipamentos mecânicos (43,5%) e Equipamentos elétricos e eletrônicos (49,5%). Além disso, foi muito alta a demanda por insumos básicos importados, como Adubos e fertilizantes (292,1%) e Químicos orgânicos/inorgânicos (47,8%), assim como a demanda por bens duráveis, como veículos, automóveis e partes (aumento de 96,3%).

PERÍODO	DIAS ÚTEIS	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		CORR. COMÉRCIO		SALDO	
		VALOR	MÉDIA P/DIA ÚTIL	VALOR	MÉDIA P/DIA ÚTIL	VALOR	MÉDIA P/DIA ÚTIL	VALOR	MÉDIA P/DIA ÚTIL
MAIO	11	10.959	996,3	8.740	794,5	19.699	1.791	2.219	201,7
1a. semana (01 e 04)	1	720	720,0	894	894,0	1.614	1.614	-174	-174,0
2a. semana (05 a 11)	5	4.945	989,0	3.474	694,8	8.419	1.684	1.471	294,2
3a. semana (12 a 18)	5	5.294	1058,8	4.372	874,4	9.666	1.933	922	184,4
ACUMULADO NO ANO	93	63.708	685,0	56.909	611,9	120.616	1.297	6.799	73,1
Janeiro	22	13.277	603,5	12.334	560,6	25.611	1.164	943	42,9
Fevereiro	19	12.800	673,7	11.920	627,4	24.720	1.301	880	46,3
Março	20	12.613	630,7	11.600	580,0	24.213	1.211	1.013	50,7
Abril	21	14.059	669,5	12.315	586,4	26.373	1.256	1.744	83,1
Maio	11	10.959	996,3	8.740	794,5	19.699	1.791	2.219	201,7
Maio/2007	22	13.647	620,3	9.794	445,2	23.441	1.066	3.853	175,1
Abril/2008	21	14.059	669,5	12.315	586,4	26.373	1.256	1.744	83,1
Var. % Maio-2008/Maio-2007			60,6		78,5		68,1		15,2
Var. % Maio-2008/Abril-2008			48,8		35,5		42,6		142,9
Jan-Maio/2008 (3ª semana)	93	63.708	685,0	56.909	611,9	120.616	1.296,9	6.799	73,1
Jan-Maio/2007 (3ª semana)	95	55.017	579,1	39.408	414,8	94.425	993,9	15.609	164,3
Var. % Jan/Maio - 2008/2007			18,3		47,5		30,5		-55,5

Fonte: SECEX/MDIC - Maio/2008: 20 dias úteis; Abril/2008: 21 dias úteis; Maio/2007: 22 dias úteis.

COMÉRCIO EXTERIOR MINEIRO

Até o mês de Abril de 2008, última consolidação registrada na base de dados do MDIC/SECEX, o comércio exterior de Minas, permitia as aferições abaixo, compiladas também a partir dos dados estatísticos regionais divulgados mensalmente pelo *Exportaminas/SEDE*:

No mês de abril de **2008** verificou-se maior ímpeto no crescimento das exportações estaduais, que apresentaram um incremento de **26,2%**, ao passo que as Importações deram um grande salto no mês, chegando a **84,3%**, forçando uma pequena queda no saldo comercial do Estado, ainda em registrando os valores mais expressivos entre todas as demais unidades da Federação;

As exportações no mês de abril foram da ordem de US\$ 1,68 bilhão, enquanto as importações somaram US\$ 822,76 milhões;

- ➡ Apesar do valor expressivo do saldo comercial regional, no mês, este apresenta uma pequena redução da ordem de 3,7%, comparativamente a igual mês do ano anterior. De qualquer forma, trata-se de uma queda bastante inferior àquela registrada pela balança comercial brasileira, esta da ordem de 58,3%, no mesmo período.
- ➡ No acumulado no ano, continua a registrar um forte e atípico incremento nas importações, da ordem de 47,1%, impulsionadas sobretudo pelo declínio do dólar. As exportações

registraram um crescimento mais natural e menos expressivo de apenas 11,6%. Nesses quatro primeiros meses do ano o saldo comercial registra uma queda de 5,9%, comparativamente ao mesmo período de 2007.

- ➔ O valor exportado por Minas Gerais de Janeiro até abril deste ano é da ordem de US\$ 6,22 bilhões, que correspondem a 11,6% das exportações nacionais. As importações estaduais, por sua vez, totalizaram US\$ 2,71 bilhões, equivalentes a 5,6% das importações globais no mesmo período.
- ➔ Nos últimos doze meses, ou seja, entre maio de 2007 e abril de 2008, Minas bateu um novo recorde em suas exportações, contabilizando US\$ 19 bilhões, e, nas importações, US\$ 7,37 bilhões, descrevendo assim uma corrente de comércio de US\$ 26,37 bilhões. Esses números caracterizam uma etapa de expansão consistente do Comércio Exterior do Estado.

O quadro adiante expressa os valores do Comércio Exterior do Brasil e de Minas Gerais, em abril de 2008 e acumulados no ano até mesmo mês:

COMÉRCIO EXTERIOR – MG E BRASIL

ABRIL/2008

	US\$ FOB (MILHÕES)	Part. % MG/BR	Var% 2008/2007
Exportações			
Brasil	14.058		+ 13,0%
Minas Gerais	1.657	11,8%	+ 26,2%
Importações			
Brasil	12.315		+ 49,0%
Minas Gerais	823	6,7%	+ 84,3%
Saldo Comercial			
Brasil	1.744		- 58,3%
Minas Gerais	834	47,8%	- 3,7%
Corrente de Comércio			
Brasil	26.373		+ 27,3%
Minas Gerais	2.480	9,4%	+ 40,9%

COMÉRCIO EXTERIOR – MG E BRASIL

JANEIRO - ABRIL/2008

	US\$ FOB (MILHÕES)	Part. % MG/BR	Var% 2008/2007
Exportações			
Brasil	52.748		+ 13,6%
Minas Gerais	6.224	11,8%	+ 11,6%
Importações			
Brasil	48.169		+ 43,6%
Minas Gerais	2.708	5,6%	+ 47,1%
Saldo Comercial			
Brasil	4.579		- 64,5%
Minas Gerais	3.515	76,8%	- 5,9%
Corrente de Comércio			
Brasil	100.917		+ 26,2%
Minas Gerais	8.932	8,9%	+ 20,4%

Elaboração: Central Exportaminas, sobre a base de MDIC/SECEX